

Negociação colectiva

**Unidos
por melhores CCT**

2

Congresso

**Por uma nova imagem
dos e das migrantes!**

3

**Funcionários
consulares
e professores EPE**

Salários de miséria

4



Nr. 7 | Dezembro 2014 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Votações federais, política de migração

A luta continua!



A luta valeu a pena: o povo suíço deu razão aos manifestantes que no dia 1 de Novembro...

Depois de uma intensa campanha, foi grande o alívio das forças progressistas na Suíça: a iniciativa Ecopop foi claramente rejeitada com 74,1% dos votos. Embora este resultado tenha sido um sucesso claro, os migrantes não podem descansar, porque continuarão a ser os bodes espiatórios para os problemas do país. Por isso é importante que continuemos a nos empenhar em votações decisivas para a política migratória e, no caso da aplicação da Iniciativa contra a imigração em massa, contra a reintrodução de contingentes e de estatutos discriminatórios.

No dia 30 de Novembro, pudemos finalmente voltar a festejar uma vitória no campo da política de migração: a iniciativa Ecopop foi claramente rejeitada com uma percentagem de 74,1% do votos. Não houve um único cantão onde a iniciativa tenha obtido a maioria.

O Unia empenhou-se com convicção contra a iniciativa Ecopop: quer com uma campanha própria, quer dentro do comité «Suíça solidária – Não a Ecopop».

Não à iniciativa contra a tributação forfetária

No dia 30 de Novembro, o povo suíço também foi chamado a votar a Iniciativa contra a tributação forfetária. Esta iniciativa, que exigia o fim da tributação forfetária para estrangeiros ricos, não foi aprovada, mas obteve uma considerável percentagem de votos: cerca de 40,8% dos eleitores estavam a favor da abolição

deste privilégio para ricos. A terceira iniciativa federal, que impunha ao Banco Nacional Suíço uma política de ouro demasiado rígida, foi rejeitada pelos eleitores.

Iniciativas cantonais de política migratória

No cantão Basileia-cidade foi a votação uma iniciativa da UDC que exigia que todos os imigrantes de países não pertencentes à União Europeia e à EFTA assinassem um acordo de integração. 72,9% dos votantes rejeitaram esta iniciativa, mas aprovaram a contra-proposta que previa, para todos os migrantes, a possibilidade de frequência gratuita de cursos de alemão no primeiro ano de residência na Suíça. Um importante passo em frente na política de integração.

Unia contra contingentes

Depois da rejeição da Iniciativa Ecopop, o Unia vai continuar a lutar,



...foram a Berna dizer NÃO a...



...Ecopop!

no âmbito da aplicação da Iniciativa contra a imigração em massa, contra a reintrodução de condições de entrada no país e de estatutos legais discriminatórios.

O Unia defende uma Suíça aberta e a livre circulação de pessoas como direito básico dos trabalhadores. Mas esta só funciona se as condições laborais e os salários vigentes no país forem respeitados e se os trabalhadores tiverem melhor protecção contra despedimentos. Para isso, as medidas de acompanhamento têm de ser reforçadas e a protecção garantida pelos contratos colectivos de trabalho alargada.

Migração não é um «problema»

Temos de deixar de ligar «problemas», reais ou imaginados, à imigração, como gostam de fazer os partidos de direita. A construção na

Suíça ou os comboios cheios não são problemas da política de migração ou de integração. Têm de ser resolvidos com uma política de planeamento e ecológica inteligentes.

Todos juntos contra a xenofobia

Nós não podemos descansar. Temos de nos empenhar por melhores direitos para os trabalhadores e também contra o ambiente de xenofobia no país. Nos próximos anos haverá outras votações no campo da política de migração, como a Iniciativa de aplicação, mas também a aplicação da Iniciativa contra a imigração em massa. Só juntos conseguiremos lutar contra a xenofobia, porque as forças populistas de direita são fortes na Suíça. Os e as migrantes têm de levantar a sua voz e de lutar por igualdade de direitos!

☞ Aurora García

Editorial



O ano de 2014 foi um ano difícil para a política de migração. Ninguém – incluindo nós – imaginava que a Iniciativa contra a imigração em massa, da UDC, pudesse vir a ser aceite pelos eleitores. Só pouco antes da data da votação é que o risco de ela poder vir a ser aprovada se tornou evidente.

Há 25 anos que a UDC vem fazendo campanhas políticas populistas à custa dos migrantes. A UDC tem, dessa forma, ganho força e conseguiu entretanto que uma pequena maioria vote a favor de iniciativas xenófobas. Mesmo que a Iniciativa Ecopop tenha sido rejeitada de forma muito clara, isso não significa que o ambiente xenófobo tenha mudado na Suíça!

Desde o seu início que o sindicato Unia tem lutado contra a xenofobia. Fizemos, por exemplo, a campanha «Sem nós não há Suíça». Infelizmente é muito mais difícil criar uma opinião pública positiva para com os migrantes do que usar notícias negativas para atizar xenofobia e medo «dos outros».

Mas nós não desistimos. Sabemos que a Suíça necessita das muitas pessoas sem passaporte suíço que vivem entre nós e aqui trabalham! A Suíça fica no coração da Europa. Queremos viver bem com os nossos vizinhos europeus e não isolá-los cada vez mais. A cooperação com os outros traz progresso na investigação, na economia e para as pessoas. Fechar-se significa retroceder. Nós queremos avançar e acreditamos num desenvolvimento positivo para o futuro.

Este não surge, no entanto, do nada. Para o futuro temos todos de lutar juntos, migrantes e suíços. As organizações que lutaram juntas contra Ecopop vão continuar a empenhar-se no futuro por uma Suíça aberta e solidária. Contamos com o teu apoio.

Rita Schiavi

Membro do comité director do Unia

Notícias breves

Pavatex: melhores indemnizações graças a greve

As acções de luta dos empregados de Pavatex Fribourg deram resultado: depois de três dias de greve, a sua exigência de que o Unia fosse incluído nas negociações do plano social foi aceite pela direcção. Pavatex tinha anunciado o encerramento da produção em Friburgo. Isto afectou 45 empregados, que trabalhavam, em média, há 15 anos para a empresa. Esta tinha anunciado condições de despedimento miseráveis. Graças à inclusão do Unia nas negociações, os empregados receberam indemnizações mais justas e foi-lhes devolvido um fundo de apoio que existia internamente para situações de necessidade.

Coop aumenta os salários mínimos em 2015

O Unia negociou com os parceiros sociais um aumento salarial de 1%. Os maiores aumentos são os dos salários mínimos de trabalhadores com formação profissional. Estes subirão 100 francos no próximo ano, atingindo entre 4000 e 4200 francos. No caso do salário mínimo de empregados com uma formação profissional de 2 anos, isto corresponde a um aumento de 2,6%. Para os empregados sem formação profissional, o salário sobe para 3850 francos, 13 vezes ao ano.

Lojas: Abertas mais horas?

O conselho federal publicou um projecto-lei que prevê horários de abertura das lojas iguais em todo o país. O conselho federal quer horários de abertura mínimos das 6 da manhã às 20h nos dias de semana e das 6 da manhã às 19h aos sábados. Para o pessoal das vendas, isto significa horários de trabalho diários muito mais longos. O Unia fará todo o possível para impedir este pioramento inaceitável das condições de trabalho.

Syngenta: redução de postos de trabalho

A empresa multinacional de produtos agrícolas, Syngenta, reduz 1800 postos de trabalho, dos quais cerca de 500 na Suíça, em Basileia. Esta redução é feita para maximizar os lucros, não por necessidade económica. O Unia exige de Syngenta que tome consciência da sua responsabilidade social e conceda um período de consulta e um plano social adequados. O Unia da região do Nordeste da Suíça apela ao governo cantonal para tomar todas as medidas possíveis para que a redução de postos de trabalho em Basileia seja o menor possível e a produção local fique assegurada.

Contratos colectivos de trabalho, negociações salariais

Juntos por melhores contratos colectivos de trabalho!



Os trabalhadores da construção em manifestação por um aumento salarial.

As negociações salariais na construção foram interrompidas, tal como foram suspensas as negociações para a renovação do CCT das empresas de trabalho temporário. Os dois casos mostram: as negociações salariais e contratuais nem sempre são fáceis. Só se consegue obter melhores condições se os trabalhadores lutarem juntos.

O CCT das empresas de trabalho temporário acaba no final deste ano, mas as negociações para a sua renovação têm sido difíceis e agora até foram suspensas. Também na construção as negociações estão emperradas. Este é um mau sinal para as negociações que se seguirão para a renovação do Contrato Nacional de Trabalho (CNT), o CCT da construção. Mas os trabalhadores deste ramo deixaram bem claro na conferência profissional que teve lugar no fim de Novembro que estão prontos a lutar por um CNT melhor.

No centro o mau tempo

A conferência profissional da construção, realizada em Zurique, aprovou o catálogo de reivindicações para as negociações do CNT, que terão lugar no próximo ano. Um ponto importante para os trabalhadores é uma melhor protecção da sua saúde quando faz mau tempo. Eles ficam expostos ao vento e à intempérie, andam sobre andaime escorregadios e trabalham no exterior quer faça frio gélido quer haja um sol abrasador. Por isso a aplicação de medidas de protecção à saúde é para eles uma prioridade.

Os trabalhadores da construção estão furiosos

Os delegados à conferência profissional estavam furiosos sobretudo devido ao abandono desrespeitoso das negociações salariais por parte da Sociedade Suíça de Empresários da Construção (SSEC). Depois da conferência, os trabalhadores desfilaram em protesto até à sede da SSEC e, numa acção simbólica, «emparedaram» a entrada da sede da SSEC, levantando um muro à sua frente. Os trabalhadores deram assim um sinal inequívoco de que estão decididos a lutar por um CCT melhor.

Lutar juntos, juntos ganhar

A acção dos trabalhadores da construção significa também que só juntos vale a pena dar um sinal. Só se os trabalhadores se organizarem nos

sindicatos, é que se pode negociar CCTs que garantem melhores condições de trabalho para todos. E só em conjunto com os trabalhadores se pode obter melhores condições nos CCTs.

Aurora García



Trabalhadores da construção: um muro na sede da SSEC contra o desrespeito dos empreiteiros.

Mau tempo, segurança no trabalho

Em caso de perigo, parar!

O Inverno está à porta e com ele o frio, a neve e, por isso, muitos perigos. Especialmente nas obras, o frio elevado e o chão gelado aumentam o perigo de acidentes. De seguida, dizemos-lhe como se pode proteger e quais são os direitos dos trabalhadores da construção em caso de mau tempo.

Com o frio elevado aumentam as dificuldades respiratórias e surgem problemas nas articulações – o trabalho físico sob muito frio faz, por isso, mal à saúde. E trabalhar ao vento, chuva e com neve aumenta o perigo de acidentes.

Medidas de protecção importantes em caso de frio

Se fizer muito frio, deve prestar atenção aos seguintes pontos:

- o trabalho ao frio necessita de mais tempo, por isso deve ser bem planeado;
- deve ter mais pausas em locais quentes e com bebidas quentes para se aquecer;
- deve vestir a roupa de protecção (luvas, roupas exteriores quentes e secas);
- se o frio for grande, houver gelo e neve, os trabalhos têm de ser interrompidos. O empregador pode, se necessário, requerer uma indemnização por mau tempo.

Importante: se houver perigo de acidentes devido ao frio, à neve ou à



Os riscos de acidente aumentam com a neve. É importante tomar as medidas adequadas.

chuva, tem-se direito a parar o trabalho. O empreiteiro nem sempre pára ele próprio os trabalhos mesmo no caso de péssimas condições de tempo. Mas os empregados têm o direito, nessas situações, de ser ouvidos pelo empregador.

Protecção do contrato nacional de trabalho (CNT)

O contrato colectivo da construção (CNT) protege a saúde dos trabalhadores. O artigo 28 determina que os trabalhos ao ar livre têm de ser interrompidos, desde que necessário e na medida do possível, em caso de chuva, neve ou frio elevado. Porque o empregador é por lei responsável pela saúde dos trabalhadores, ele é obrigado, se o tempo for nocivo para a saúde, a fazer parar os trabalhos. Se ele próprio não o fizer, os

trabalhadores devem falar com o contratamestre. Em caso de problemas com a aplicação desta determinação, os trabalhadores devem contactar com a secção do Unia da sua região.

Indemnização por paragem de trabalho

Todos os trabalhadores da construção (incluindo os temporários) têm direito a continuar a receber o seu salário para as horas em que não trabalharam por causa do mau tempo. Este direito está estabelecido no CNT. Dependendo do tipo de horas não trabalhadas, há diferentes regulamentos para a compensação das horas e o montante do salário a receber.

Interrupções de trabalho curtas, à hora, por exemplo devido a chuva forte, podem:

- ser recuperadas logo no mesmo mês,
 - ser compensadas mais tarde através de alterações ao calendário laboral
 - ser compensadas através de horas extraordinárias existentes.
- Em caso de interrupções de trabalho em dias isolados, o empregador pode:
- compensá-las através do calendário laboral. Mas: as horas para além das 48 horas semanais têm de ser imediatamente pagas com um suplemento de 25%. Estas horas não podem, por isso, ser usadas para compensar o tempo de paragem;
 - compensá-las com horas extraordinárias existentes.

Em caso de interrupções mais longas devido a frio mais duradouro ou a quedas de neve abundantes, o empregador pode e deve declarar o tempo não trabalhado ao seguro de mau tempo. O seguro de mau tempo funciona de forma semelhante ao seguro de acidentes: a partir do terceiro dia de paragem do trabalho, são pagos 80% do último salário. Antes disso, o saldo das horas tem de ser reduzido até 20 horas extraordinárias. Os dois dias de carência não pagos pelo seguro têm de ser assumidos pelo empregador.

Aurora García



Plus de protection contre les intempéries. Nous le méritons!

Direitos sindicais

Sentença percursora do Tribunal Federal



A União Sindical exige o fim dos despedimentos anti-sindicais!

A Rádio Friburgo despede dois representantes do pessoal durante uma luta laboral. Sem razão, sentença o Tribunal Federal.

No início de 2010 estava tudo de pernas para o ar na Rádio Friburgo, uma estação de rádio privada. Depois da saída do co-director de língua alemã, o conselho de administração decidiu eliminar completamente o seu posto. O co-director de língua francesa deveria assumir funções como chefe único. Os funcionários ficaram apreensivos porque viam em perigo o princípio da co-existência das duas línguas.

O próprio conselho de administração lançou a ideia de que o pessoal deveria ter uma palavra a dizer na reestruturação da rádio. Para isso, o pessoal elegeu uma delegação de quatro pessoas, entre elas o jornalista André Hügli.

Sem justa causa

Mas o conselho de administração não estava interessado numa autêntica participação dos trabalhadores. Hügli recorda-se: «Eles nunca analisaram seriamente as nossas propostas. O que eles queriam era colocar-nos ao seu serviço.» De seguida, 32 trabalhadores da rádio divulgaram a sua posição através de um comunicado de imprensa. Isso foi demasiado para o conselho de administração: este pôs Hügli e o seu colega de língua francesa, Jean Godel, na rua.

Hügli e Godel apresentaram, com a ajuda do sindicato Syndicom, queixa na Câmara de Ofícios por despedimento sem justa causa. E esta deu-lhes razão. A Rádio Friburgo recorreu da decisão em todas as instâncias. Quatro anos mais tarde, o Tribunal Federal pronunciou-se em última instância: o despedimento foi ilegal. A lei proíbe o despedimen-

to de trabalhadores eleitos como representantes do pessoal quando não há qualquer causa justa. Segundo o Tribunal Federal, a Rádio Friburgo não conseguiu apresentar provas da justa causa do despedimento.

Decisão importante

O especialista da USS em direito de trabalho, Luca Cirigliano, ficou satisfeito: «Desta vez, o Tribunal Federal levou a protecção dos representantes do pessoal a sério.» No caso de um outro representante do pessoal, um jornalista da empresa de comunicação Tamedia, a decisão do tribunal tinha sido diferente. «Depois desta nova decisão é claro: se uma empresa despede um representante do pessoal, cabe a ela provar que o fez com justa causa.» Esta foi uma decisão importante para os e as sindicalistas.

↳ Marco Geissbühler, adaptado de work n.º 18, 7 de Novembro 2014

Registo das horas de trabalho

Registo das horas: menos stress no trabalho

O tema stress esteve no centro da conferência profissional anual dos delegados Unia do sector de serviços, que teve lugar em Outubro. Numa resolução, os delegados exigiram um registo correcto das horas de trabalho para acabar com abusos e para prevenir doenças psico-sociais.

O registo correcto das horas de trabalho é uma preocupação importante dos empregados do sector de serviços, sector em que ele está insuficientemente regulamentado. As empresas reduzem constantemente os custos com o pessoal, por exemplo não concedendo pausas, não contando as horas efectivamente trabalhadas e flexibilizando ainda mais as condições laborais ao recorrerem a trabalho por chamada.

Stress é muito comum

Um estudo recentemente publicado mostra que 33% dos empregados estão sujeitos a stress no local de trabalho. Simultaneamente, as horas de trabalho de um sexto dos empregados não são registadas, o que abre as portas a abusos. Por isso, o Unia encontra regularmente violações da

lei de trabalho. Isto leva a um preocupante aumento de doenças psico-sociais relacionadas com o trabalho. Num sector com um elevado número de mulheres empregadas, tem de se ter também em conta o problema das dificuldades de conciliação do trabalho remunerado com as obrigações familiares.

Melhorar o controlo das horas de trabalho

Os delegados do Unia exigiram para todos os ramos do sector de serviços que os pagamentos sejam feitos de forma detalhada e que haja um melhor controlo das horas de trabalho. Além disso, exigiram dias livres fixos para trabalhadores temporários, bem como que o tempo de formação e de piquete sejam contados. Estes pontos devem ser sobretudo postos em



É importante registar correctamente as horas de trabalho.

prática através do desenvolvimento e reforço dos contratos colectivos de trabalho.

Em 2015 serão realizadas campanhas relacionadas com este tema. A primeira campanha será lançada no ramo das vendas a retalho com o lema «Cada minuto conta». Entre outras coisas, os/as empregados/as recebem um livrinho onde podem registar correctamente todas as horas trabalhadas. Isto permitir-lhes-á verificar se o seu tempo de trabalho é contado correctamente.

↳ Aurora García

Retrato



Departamento de migração: Marília Mendes, Osman Osmani, Aurora García

1.º Congresso de migrantes

Por uma nova imagem dos migrantes!

O departamento de migração do Unia vai organizar, em colaboração com outras organizações, o 1.º congresso de migrantes. Este terá lugar em Berna, no Hotel Bern, no dia 7 de Fevereiro 2015, um ano depois da votação de 9 de Fevereiro de 2014, quando a Iniciativa contra a imigração em massa foi aprovada. O Horizonte falou com os colegas do departamento de migração sobre os motivos da realização deste congresso.

Porquê um congresso de migrantes?

Marília: As forças populistas de direita utilizam, cada vez mais, o tema «migração» para dar força à sua ideologia e para reforçar a sua posição política. Isto tornou-se muito evidente depois da votação de 9 de Fevereiro de 2014. Em tempos de crise as pessoas sentem-se inseguras e procuram responsáveis por esta insegurança. Os populistas de direita utilizam isso para criar um ambiente de medo contra os mais fracos da sociedade: migrantes, refugiados, pessoas dependentes do auxílio social... Fomentam receios contra os migrantes para esconderem as desigualdades que aumentam no nosso mundo.

Com este congresso queremos lutar contra a imagem de aproveitadores que os populistas de direita lançam contra nós migrantes. E queremos mostrar como somos importantes para a sociedade suíça. Queremos aumentar a nossa auto-consciência e abrir caminhos que nos permitam ter uma palavra a dizer em assuntos que dizem respeito a toda a sociedade. Nós somos parte da sociedade – e é como tal que queremos agir e que queremos ser vistos!

O que esperam do congresso?

Aurora: Sobretudo que os migrantes na Suíça se mobilizem contra este discurso xenófobo. Não queremos continuar de braços cruzados, queremos mudar activamente a imagem dos migrantes, também a que eles têm de si próprios! Está na hora de passarmos a falar por nós próprios e não só deixar os outros falarem em nosso nome.

Quais serão os conteúdos do congresso?

Osman: «Direitos iguais para todos os migrantes» e «segurança das autorizações de estadia» serão os nossos temas mais importantes. Iremos discutir e aprovar um manifesto que servirá de base para uma posição conjunta e para as actividades que se seguirão. Estas actividades também serão discutidas e integradas num plano de acção. O objectivo é garantir que aquilo que for discutido no congresso não se ficará só por palavras, mas que do congresso sairão acções efectivas. Isto quer dizer que deverão sair medidas e actividades concretas. Os migrantes já activos são aqui especialmente chamados a dar o seu contributo.

Quem é que participará no congresso?

Aurora: Sobretudo representantes de organizações de migrantes, especialmente os mais activos. Estamos a contactar estas organizações e a pedir-lhes para enviarem 2 a 5 delegados ao congresso. Seria importante que muitos migrantes, sobretudo das organizações mais activas, participassem. Esperamos em especial que haja uma grande participação de pessoas dos maiores grupos de migrantes na Suíça, com o dos portugueses.

E como é a comunicação entre os grupos será garantida?

Marília: Importante é que os participantes compreendam e falem alemão, francês ou italiano, porque haverá tradução de e para estas línguas. Este é um aspecto que as organizações de migrantes devem ter em conta ao escolherem os delegados.

Informe a sua associação, participe e convença os outros a participar!

Funcionários consulares e professores do EPE

Até quando continuarão a receber salários de miséria?

Indignação e revolta. É assim que Ana*, funcionária num posto consular português na Suíça, e Leonor*, professora de Português no estrangeiro (EPE), descrevem os seus sentimentos face à forma como são tratadas pelo estado português. Mário*, professor do EPE, sente um enorme descrédito em relação ao poder político. Todos se queixam da indiferença, do desinteresse e do abandono a que se sentem votados.

Salários muito inferiores a 2010

Ana, mãe de dois filhos, trabalha há 20 anos na mesma categoria profissional, sem qualquer possibilidade de subir. O seu salário líquido no mês de Outubro foi de CHF 2400. De ano para ano, a sua situação económica não tem parado de piorar. Se em 2010 recebia um salário baixo, CHF 3300, o que recebe agora é de miséria. Em 4 anos, Ana passou a receber menos quase CHF 1000 ao mês.

A Ana não está só. Todos os funcionários consulares viram os seus salários ser drasticamente reduzidos. Muitos já tinham salários baixos, não comparáveis com os dos membros do corpo diplomático. Agora, viver na Suíça está-se tornando quase impossível para eles. Muitos deixam os serviços consulares e, como não são substituídos, há mais trabalho para quem fica. A comunidade portuguesa na Suíça aumenta, mas isso não parece preocupar as autoridades portuguesas.

Professores no mesmo barco

O mesmo se passa com os professores do EPE. Leonor não tem família na Suíça, mas nem por isso vive mais descansada. Também o salário dela minguou a alta velocidade desde 2010. Em Novembro passado recebeu CHF 3.069,72. «Levo uma vida



Manifestação em 2012 contra a redução dos cursos do EPE.

muito regrada, gasto só nas coisas estritamente necessárias», afirma Leonor. É que só a renda da casa, CHF 1.120, lhe leva mais de um terço do salário.

Taxas e impostos como quem vive em Portugal

A Ana e a Leonor teriam bons salários se vissem em Portugal. Mas vivem na Suíça, onde os salários delas são quase sinónimos de miséria. O estado português aplica aos funcionários públicos no estrangeiro os mesmos impostos e taxas que aos residentes em Portugal, sem ter em conta o nível de vida no país de residência. No caso da Suíça, nem sequer tem em consideração a desvalorização do euro face ao franco suíço, que penaliza estes salários fortemente.

É o caso de Mário, casado, pai de família. O seu vencimento ilíquido é sensivelmente igual ao de 2010. Mas em 2010 recebia € 4700 líquidos e agora recebe € 2681. Com a diferença cambial, o salário líquido do Mário

passou de CHF 6100 em 2010 para CHF 3200 em 2014. Em comparação: o mínimo vital na Suíça é cerca de CHF 2000 francos para uma família de três pessoas. Isto sem incluir despesas com a habitação e a saúde!

Uma luta pela sobrevivência

A vida da Ana é uma luta pela sobrevivência: «Apenas consigo fazer face às despesas básicas, de necessidade básica diária. Deixámos quase de sair de casa, de ter uma vida social e de convívio». A Ana cortou nas actividades extra-curriculares dos filhos. E vive quase de crédito. «Consigno levantar dinheiro do Multibanco, sem saldo, embora a conta chegue a estar negativa. Receio que um dia o banco não me permita levantar dinheiro sem ter saldo disponível na conta. Então não saberei o que fazer. É uma angústia».

O Mário faz os possíveis para proporcionar condições dignas aos filhos. Mas essa é uma «tarefa árdua considerando o custo de vida helvético», afirma. Tenta manter a motivação porque é isso o que lhe dita a sua consciência do dever profissional. Mas não deixa de se sentir desgostoso e injustiçado perante a situação.

Bastaria o governo aplicar a lei

Já a Ana não se conforma. Faz o seu trabalho escrupulosamente, cumpre o seu dever. Por isso indigna-a a situação a que tem de se sujeitar. «O que me revolta é que o governo não aplique a lei. Sabemos dos problemas do país, claro, e também estamos dispostos a fazer sacrifícios. Mas bastaria que o governo aplicasse a lei da actualização cambial para a nossa situação ser menos dramática.»

Para a Leonor o mais grave é que as autoridades em Portugal considerem os portugueses na Suíça e os docentes especialmente como cidadãos estrangeiros ou portugueses de segunda categoria. Isto é, para esta professora, um erro crasso. «Estão a desvalorizar completamente a importância e o potencial destas crianças e jovens portugueses, que tanto se orgulham de Portugal, da sua história e da sua língua».

* Todos os nomes neste artigo são inventados. Mas as situações são muito reais.



Carta ao Embaixador da UE em 2012.



Manifestação em Berna: pela língua e cultura portuguesas.

Marília Mendes



Pergunte, que nós respondemos

Prejuízos no carro: Temos de pagar?

Eu e uns colegas fomos almoçar a um restaurante e fomos da obra onde estávamos a trabalhar para o restaurante no carro da empresa. Depois do almoço vimos que o pára-choques estava metido para dentro, a tampa do porta-bagagens amolgada e as luzes do carro partidas. Ninguém viu quem fez estes estragos. Temos de pagar os estragos, uma vez que não podemos indicar o seguro do responsável?

Não. Por dois motivos. Do ponto de vista da lei do trabalho, os trabalhadores só são responsáveis, para com o empregador, por danos que tenham causado propositadamente ou por negligência. Não é o caso nesta situação. Em relação ao seguro, o que acontece é que a empresa faz um seguro para os veículos que lhe pertencem. Além disso, existe o Fundo Nacional Suíço de Garantia. Este cobre a garantia por danos que tenham sido causados na Suíça ou no Liechtenstein por veículos automóveis, reboques ou bicicletas que não se possa identificar ou que não tenham seguro, nos casos em que, de acordo com o código da estrada, exista uma obrigatoriedade de seguro. Este palavreado complicado significa que o Fundo Nacional Suíço de Garantia assume os custos dos danos causados por pessoas não conhecidas ou em casos em que a lei prevê uma obrigatoriedade de seguro, mas esta não é cumprida e depois acontece um acidente. Em primeiro lugar, os danos são processados através do seguro do empregador. Este seguro pode depois dirigir-se ao Fundo de Garantia para exigir os reembolsos a que tem direito.

Philip Thomas, work, 6.11.2014

Acidente: A partir de quando tenho direito ao salário?

Durante o trabalho, uma caixa pesada caiu-me em cima do pé. O meu médico pôs-me, por isso, de baixa durante uma semana, considerando-me 100% incapacitado para o trabalho. Felizmente que era só um ferimento ligeiro e eu pude voltar ao trabalho sem mais limitações. No entanto, ao controlar a minha folha salarial verifiquei que não tinha recebido salário para os dois primeiros dias da minha incapacidade de trabalho. Então não tenho direito a 80% do meu salário a partir do primeiro dia?

Sim, tem. Acontece, no entanto, que o seguro de acidentes só tem de pagar o subsídio diário a partir do terceiro dia depois do acidente (cf. art. 16 §2 da lei de seguro de acidentes). Desta forma surge um período de espera de dois dias. Para estes, a responsabilidade tem de ser assumida, de acordo com o Direito de Obrigações (DO), pelo seu empregador (ver art. 324 b, §3 do DO). A sua empresa tem assim de lhe pagar ela mesma os dois primeiros dias. A partir do terceiro dia, quem paga é o seguro de acidentes. No caso de uma incapacidade de trabalho total, como no seu caso, recebe um subsídio diário no montante de 80% do salário líquido (actualmente no máximo 276 francos ao dia). A sua empresa também tem de lhe pagar 80% do salário. Normalmente, o seguro de acidentes envia os subsídios diários ao empregador e este encaminha-os para o empregado.

Thomas Baumgartner, work, 23.10.2014

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber Verlagsgesellschaft work AG, Zürich, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. Garcia, D. Filipovic, E. Sariassian, M. Martín, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck Ringier Print, Adligenswil | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft.
Le Syndicat.
Il Sindacato.

www.unia.ch